

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DOS PALOP: UMA ANÁLISE DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE E SUA TRAJETÓRIA

The PALOP independence process: an analysis of Mozambique's independence and its trajectory

Amanda Silva Rêgo¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de independência do Estado Moçambicano e o impacto causado por este movimento. A partir do entendimento dos conflitos que afetaram a consolidação da Independência de Moçambique, torna-se necessário analisar o reflexo causado na comunicação com o âmbito internacional e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a sua política externa e as suas consequências. Serão utilizados métodos qualitativos, análise de documentos e pesquisa histórica como metodologia. O estudo terá como objetivo exibir o contexto atual do Estado Moçambicano e como o país se mostra em contexto internacional após o seu processo de independência.

Palavras-Chave: Independência de Moçambique; Conflitos; PALOP; Política Externa Moçambicana.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada por uma série de conflitos e eventos que evidenciaram a ruptura entre o colonizador e o colonizado, agora independente. Foi um período de suma importância em que se pôde observar no Sistema Internacional o surgimento de novos Estados durante o período da Guerra Fria. Essas novas nações possuíam como um de seus

¹ Mestranda em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (ESG). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como pesquisadora no subnúcleo de Geopolítica e Governança Oceânica do CEDEPEM.

objetivos a necessidade de garantir um espaço na rede de comunicações com potências existentes. O propósito se ancorava no fato de estabelecer benefícios em sua política doméstica.

Neste trabalho, será possível observar o desenvolvimento de Moçambique enquanto um Estado independente e a trajetória que o país trilhou para conquistar tal fato e de que maneira isso refletiu no contexto interno e externo. Torna-se de grande importância analisar a forma na qual o Brasil se posicionou diante do surgimento desta nova nação, pois a partir desta ação, será possível analisar parcerias e a interação de ambos os países no cenário internacional, além de entender a política externa de ambos. Para além disso, ao entender a política externa de Moçambique, será possível compreender o desenvolvimento da interação entre os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), cujo passado é atravessado pelo mesmo traço em comum: a colonização portuguesa.

Como metodologia, será utilizada uma abordagem qualitativa, com a análise de bibliografias e documentos sobre o tema, com o objetivo de construir uma visão sobre a trajetória da independência de Moçambique assim como a consolidação da relação com as demais potências do cenário internacional. O trabalho terá como propósito exibir os impactos causados pela independência de Moçambique e sua política externa. Será possível observar a postura brasileira diante deste cenário, como ocorre a cooperação Sul-Sul e a cooperação entre Moçambique e os países luso-africanos.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Para Diaz (2022), tanto o Estado quanto o Sistema Internacional são entes que permanecem em movimento contínuo por conta da complexidade em que são constituídos. Devido às alterações em que estão impostas, a formação completa do Estado não pode ser observada, pois há sempre uma constante mudança. Ao analisar o surgimento dos novos Estados Africanos, não se pode esperar que tenham o mesmo desenvolvimento ou desempenho que os países que os colonizaram, tendo em vista que o colonizado não possui os privilégios ou os mesmos acessos os quais o seu colonizador possuiu.

Ao construir uma nova nação moçambicana, o Estado entra em um ciclo de transformação que visa alterar sua base política. Tendo em vista que a política externa de um país é compreendida como uma ferramenta para que o país possa se comunicar e estabelecer acordos

com outros países que beneficiem sua política doméstica, o surgimento de Moçambique enquanto um país independente se torna um dos principais objetivos da política externa desse novo país (Diaz, 2022). A independência traz consigo a possibilidade de estabelecer novas conexões para além do que era pretendido pela metrópole, sendo possível negociar a partir de interesses próprios. Diaz estabelece três períodos da política externa moçambicana:

A primeira fase, de 1975 até a morte de Samora Machel em 1986, marcou o início da inserção independente das relações internacionais, marcado por uma agenda socialista de transformação da realidade interna. A segunda fase, entre 1987 e 1994, foi determinada por uma agenda política mais liberal, fundada na resolução do conflito interno com ajuda da comunidade internacional e o início da democratização, período de múltiplas transições realizadas no país. A terceira fase, de 1994 até os dias atuais, inicia-se com a democratização de Moçambique, que resulta em mudanças importantes para a política exterior e opera mediante regime de atração de investimentos externos. (Diaz, 2022, p.5).

A política externa de Moçambique foi reformulada a partir dos momentos internos que o país estava diante. Diaz (2022) aponta que a postura de Moçambique logo após a independência foi ter o planejamento central como desenvolvimento. O contexto pré-independência inseria Moçambique em uma posição de dependência de importação para garantir seus bens de necessidade (Fitzpatrick 1981 apud Diaz 2022).

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi responsável por liderar o movimento que culminou na independência de Moçambique em 1975. No pós-independência, a FRELIMO se configurou como uma liderança unipartidária, com a ideologia socialista, aproximando-se da URSS e da China. Entretanto, a Frente de Libertação Moçambicana tinha como objetivo buscar o desenvolvimento econômico, político e social de Moçambique. Em paralelo à aproximação dos blocos socialistas, a Política Externa Pragmática de Moçambique também buscou relações com países ocidentais na busca de conquistar ajudas que pudessem alavancar o desenvolvimento interno do país (Diaz, 2022).

A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE NO PÓS INDEPENDÊNCIA

A relação entre o Brasil e os países da África era regulada pelo Tratado de Amizade e Consulta, estabelecido entre Portugal e Brasil. O acordo influenciava na comunicação com os países do continente africano e não permitia a aproximação do Brasil com os países que enfrentavam o processo de independência de Portugal, o que afetou o início da relação entre Brasil

e Moçambique (Diaz, 2024). O Brasil apenas reconheceu a independência de Moçambique de Portugal em Novembro de 1975, sendo o 39º país a reconhecer a separação, sob o governo de Geisel, que possuía uma política externa pragmática responsável (Diaz, 2024).

O início da relação bilateral entre os dois países encontra abordagens diferentes:

Para o Brasil, tratava-se que Moçambique abandonasse a postura de ressentimento (não apoiou a luta de independência) e abrisse o mercado para empresas nacionais, ao mesmo tempo em que esse processo poderia transbordar para outros países da região. Moçambique, por sua vez, propunha uma cooperação com vistas a angariar recursos para o desenvolvimento nacional, em setores como pecuária, carvão, gás, agricultura, infraestrutura. A estratégia do Brasil era ocupar os espaços vazios nas relações internacionais de Moçambique (Arquivo do Itamaraty, Embaixada em Maputo, 1976b, apud Diaz, 2024, p. 5).

A relação entre ambos os países progrediu ao ponto em que puderam exercer trocas, assim como possibilitou que o Brasil se aproximasse cada vez mais do país independente, fortalecendo sua imagem de país cooperativo para o continente africano. De acordo com Diaz (2024) O acordo Geral de Cooperação de 1981, vigente até os dias atuais, foi de suma importância para afirmar a cooperação entre ambos os países.

A RELAÇÃO ENTRE MOÇAMBIQUE E OS PALOP

O grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa é composto por Guiné Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. Os membros da PALOP alcançaram sua independência entre 1975 e 1976. As oposições políticas que lideraram o movimento de independência, como a FRELIMO, foram fundamentais para que os países pudessem conquistar a sua separação e nascimento de uma nova nação (Carneiro, 2023).

Segundo o AIM (2025) Moçambique e Angola atualmente trabalham para aprofundar os laços de suas relações bilaterais e aprofundar a cooperação entre ambos os países. Apesar de questões internas entre os países membros (Nascimento, 2024), e devido ao seu passado em comum em relação à colonização e independência, há um esforço para que os acordos de cooperação ainda continuem vigente, sendo Moçambique um dos principais países do grupo a exercer a influência entre si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da construção do Estado independente de Moçambique foi marcado por uma série de dificuldades e conflitos internos que afetaram diretamente a jovem democracia que estava surgindo. No pós independência, houve a preocupação em manter laços estratégicos com potências que pudessem garantir o desenvolvimento interno por meio de uma política externa pragmática. A comunicação com o Brasil surge como uma possibilidade de ajuda mútua, além do espaço para que o Estado americano possa exercer sua influência como um grande jogador na região, o que abre espaço para a análise da força brasileira no que tange a sua projeção no cenário internacional e o aprofundamento nas relações Sul-Sul.

Moçambique mantém o perfil pelo incentivo à cooperação, mantendo-se próximo dos PALOP, principalmente Angola, fortalecendo a comunicação entre os países luso-africanos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (AIM). **Moçambique e Angola reanimam cooperação bilateral.** 2025. Disponível em:<https://aimnews.org/2025/02/16/mocambique-e-angola-reanimam-cooperacao-bilateral/> Acesso em: 21 mar. 2025.
- ARQUIVO DO ITAMARATY. Embaixada em Maputo. 1976b. **Telegrama secreto n. 279, de Embaixada Maputo para o exterior.** Caixa 920 (B46) (A). Maputo, 06 de outubro de 1976.
- BRASIL. Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique. Brasília: MRE, 1981. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/acordos/acoes-internacionais-2/arquivo-nacional-do-brasil-e-o-centro-nacional-de-documentacao-e-informacao-de-mocambique-2013-cedimo/MoambiqueDOUPublicaoDAI9120091.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- CARNEIRO, Everton Nery. Oposições políticas nos PALOP: uma análise de trajetórias e desafios democráticos. **África[s],** 10(20), 123-140, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/19632>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- DIAZ, José Alejandro Sebastian Barrios. As relações internacionais da construção do Estado em Moçambique: Pós-independência, guerra civil e transições políticas. **Carta Internacional,** 17(2), 1285-e-1285, 2022. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1285>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DÍAZ, José Alejandro Sebastian Barrios. Brasil – Moçambique: Relações Bilaterais entre 1975 e 2015. *InterAção*, [S. I.], v. 15, n. 2, p. e85954, 2024. DOI: 10.5902/2357797585954. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/85954>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FITZPATRICK, J. 1981. The Economy of Mozambique: Problems and Prospects. *Third World Quarterly* 3(1), 77-87. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436598108419544>. Acesso em: 11 abr. 2025.

NASCIMENTO, Augusto; BUSSOTTI, Luca. Oposições políticas nos PALOP: uma análise de trajetórias e desafios democráticos. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. I.], 50(1), e46601, 2024. DOI: 10.15448/1980-864X.2024.1.46601. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/46601>. Acesso em: 11 abr. 2025.